

Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos

Reunião em 15 de agosto de 2003
Local: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Presentes:

- Ana Cascardo, Arquivo Nacional
- Ana Pavani, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Carlos Augusto Silva Ditadi, Arquivo Nacional
- Cláudia Lacombe Rocha, Arquivo Nacional
- Luiz Fernando Sayão, Comissão Nacional de Energia Nuclear
- Luiz Roberto Amaral Varreto, Presidência da República
- Márcia Helena de Carvalho Ramos, Diretoria de Administração da Marinha
- Margareth da Silva, Arquivo Nacional
- Sergio Dagnino Falcão, Câmara dos Deputados
- Vanderlei Batista dos Santos, Câmara dos Deputados

Participação

- Solange Jóia, Arquivo Nacional

Sumário dos assuntos tratados:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião de 30/06/2003.
2. Comunicações a respeito das reuniões conjuntas da CTDE com a Câmara Setorial de Arquivos Médicos do Conarq, a respeito da certificação de softwares de prontuários médicos.
 - a. Ana Maria Cascardo relatou as decisões das duas reuniões ocorridas em julho e agosto (14 de agosto). Na reunião conjunta das duas câmaras foram discutidos os seguintes pontos: prazo de guarda para os prontuários e a competência do CFM para estabelecer temporalidade para as organizações públicas e privadas, já que código de classificação e tabela de temporalidade são aprovados pela instituição arquivística em sua esfera de competência.
 - b. Definição de requisitos básicos para apoiar a certificação de softwares. Haverá uma reunião no Conselho Federal de Medicina em 28 de agosto, na qual serão encaminhadas as conclusões das câmaras do Conarq.

3. Grupo de trabalho de gestão arquivística de documentos eletrônicos:

Claudia Lacombe apresentou o trabalho feito em conjunto com Rosely Rondinelli, Margareth da Silva e Márcia Ramos sobre os objetivos gerais e imediatos para a gestão arquivística, conceitos, justificativa e cronograma para a construção de um modelo de requisitos funcionais para a gestão arquivística dos documentos eletrônicos. O objetivo imediato proposto foi a elaboração de Requisitos Funcionais, e o primeiro passo é a apresentação de uma estrutura para os requisitos (quais os principais capítulos e seções), tomando como base a versão portuguesa do Moreq (Modelo de Requisitos para Gestão de Arquivos Eletrônicos), elaborado para a Comunidade Européia, além de outros programas que vêm sendo realizados, como a norma do Departamento de Defesa Americano (DoD 5015.2-STD Design Criteria Standard for Electronic Records Management Software Applications) e a metodologia DIRKS (Designing and Implementing Recordkeeping Systems: Manual for Commonwealth Agencies), do Arquivo Nacional da Austrália.

Houve um debate sobre as questões envolvendo o reaparelhamento das instituições arquivísticas para receber os documentos eletrônicos, como também sobre aqueles que se acumulam nos órgãos, pois a elaboração dos requisitos funcionais visa a atender os documentos que serão produzidos e não aqueles que já foram produzidos. Carlos Ditadi destacou que a documentação produzida e o reaparelhamento das instituições arquivísticas são questões que dizem respeito ao legado da documentação eletrônica (legacy), objeto de estudos específicos da área de preservação. Sugeriu-se, assim, uma divisão de tarefas dentro da CTDE que contemplasse tanto os documentos eletrônicos que serão produzidos, como os sistemas legados e todos os problemas advindos destes.

A construção de um modelo de requisitos funcionais atende às necessidades de modelagem de novos sistemas para gestão arquivística de documentos em ambientes tradicionais e eletrônicos. O legado da documentação eletrônica e o reaparelhamento das instituições arquivísticas para receber esse acervo serão objeto dos grupos de Brasília e de preservação, que irão definir as melhores estratégias a serem tomadas neste caso.

4. Grupo de trabalho de preservação de documentos eletrônicos:

Sayão apresentou uma proposta de carta de preservação digital, conforme deliberação da reunião anterior. Os presentes concordaram, tendo sido observado que deveria se enfatizar melhor as questões arquivísticas, ficando Carlos Ditadi responsável por essa tarefa a fim de que a CTDE, após a aprovação da Carta, possa encaminhá-la ao plenário do Conarq.

Carlos Ditadi apresentou um quadro de como alguns arquivos nacionais estão implementando suas infra-estruturas de preservação e gestão de arquivos eletrônicos, e recomendou que o Arquivo Nacional elabore projeto neste sentido.

5. Grupo de trabalho do glossário:

Como não houve tempo para a discussão, foi sugerido que na próxima reunião houvesse um dia de discussão sobre o glossário.

6. Grupo de trabalho do levantamento de legislação:

Vanderlei realizou um levantamento da legislação, que será disponibilizada no grupo de discussão.

7. Próxima reunião:

- a. Dia 22: discussão sobre glossário;
- b. Dia 23: discussão sobre os trabalhos de gestão (estrutura de requisitos) e preservação.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2003.

Claudia Lacombe Rocha
Redatora da Ata